



SOCIEDADES E CLIENTES

Financiamento à míngua está a travar novos investimentos

Os advogados afirmam que, além da falta de crédito, as empresas estão também sem capitais próprios

Igídio Santos



Parado | Um dos sectores onde a estagnação ao nível do investimento se torna mais visível é o do imobiliário, onde se multiplica o número de imóveis à venda.

JOÃO MALTEZ
 jmaltez@negocios.pt

Dificuldades de financiamento, pagamentos tardios de serviços prestados e dificuldades de tesouraria causadas por dívidas reclamadas mas não pagas, o panorama para as empresas nacionais está longe de ser fácil. Resultado: há um maior conservadorismo na programação de investimentos e, em alguns sectores, como o do imobiliário, há mesmo quem desista de avançar. Este é, pelo menos em parte, o cenário que descrevem alguns advogados ouvidos pelo **Negócios**, escudados na realidade com que se deparam no apoio a clientes. Porém, nem tudo é mau, a crise também acaba por trazer oportunidades.

“As dificuldades de financiamento fazem-se sentir de há algum tempo a esta parte. Resultam de uma me-

nor disponibilidade de liquidez dos bancos para financiar, de um maior rigor na análise da viabilidade dos projectos a financiar e de uma maior participação de ‘equity’”, afirma Duarte Garin, “managing partner” da Uría-Proença de Carvalho. Até por isso, admite ser “normal que haja projectos que não conseguem financiamento”.

Esta é, de resto, a opinião partilhada por Pedro Cassiano Santos, sócio da Vieira de Almeida e Associados (VdA), para quem esta realidade é mais visível nalguns sectores do que noutros. A quantidade de imóveis que se encontram neste momento à venda, dos vários tipos “mas talvez com mais propriedade nos sectores dos edifícios de escritório, espaços comerciais e industriais”, são, afirma, um “reflexo da desaceleração de políticas de investimento, aquisição

ou expansão por parte de muitos operadores económicos”.

Tal sucede com os operadores privados, mas afecta naturalmente também o sector público empresarial, como evidencia Luís M.S. Simões, sócio da Miranda. Isto, muito embora considere que no caso do adiamento dos grandes investimentos em infra-estruturas públicas se está, sobretudo, perante decisões de ordem política, mais do que dificuldades de financiamento.

Já quando equaciona as descidas de “ratings” que têm tido por objecto o sector bancário nacional, de que resultam “enormes dificuldades de obtenção de fundos no mercado interbancário internacional”, Luís Simões evidencia que, aí sim, há reflexos drásticos no corte do crédito às empresas. Resultado: a falta de liquidez acaba por travar investimentos.

Banca mais criteriosa na concessão de financiamento

Tal como evidencia o advogado da ABBC João Costa Quinta, “como nem todas as empresas dispõem de capitais próprios para investir no crescimento da sua actividade, têm que recorrer a capitais alheios e fazem-no, regra geral, com recurso ao financiamento bancário”.

Ora o que actualmente está a acontecer é que a banca tem reduzido o financiamento às empresas, não só por dificuldades na obtenção de verbas nos mercados internacionais, mas também por força dos “riscos inerentes à concessão de crédito na actual conjuntura económica”.

António Raimundo, sócio da Albuquerque e Associados, sustenta, pelo seu lado, que, embora não seja visível um cancelamento de investimentos programados por parte de

clientes da sua firma, se nota alguma expressão “quanto a um maior conservadorismo na nova programação de investimentos”.

Já sobre eventuais dificuldades de tesouraria, o mesmo advogado sustenta que não tem registado propriamente problemas, admitindo que tal possa ficar a dever-se ao facto de lidar com “multinacionais bem implantadas ou com empresas nacionais com dimensão e solidez”.

Nem tudo é mau, portanto. Este é também um sublinhado do sócio da VdA Pedro Cassiano Santos, quando diz que mesmo neste contexto surgem oportunidades de negócio, “designadamente para aqueles que dispõem de situações menos apertadas ao nível da tesouraria, que podem ser aproveitadas com imenso sentido”.



As dificuldades de financiamento fazem-se sentir de há algum tempo a esta parte.

DUARTE GARIN

Sócio da Uría- Proença de Carvalho

O sentimento geral será mais no sentido de que os operadores económicos se estão a aguentar como podem.

PEDRO CASSIANO SANTOS

Sócio da VdA

Há um maior conservadorismo na nova programação de investimentos.

ANTÓNIO RAIMUNDO

Sócio da Albuquerque e associados

[Suspensão de investimentos públicos foi] por razões políticas e não por falta de financiamento.

LUÍS M. S. SIMÕES

Sócio da Miranda

O QUE DIZEM OS ADVOGADOS

DE QUE MODO ESTÃO AS DIFICULDADES DE FINANCIAMENTO A IMPEDIR A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS PROGRAMADOS?



Duarte Garin, da Uría-Proença de Carvalho.

O advogado lembra que as dificuldades de acesso ao crédito resultam de uma menor disponibilidade de liquidez dos bancos para financiar e de um maior rigor na análise da viabilidade dos projectos.



Pedro Cassiano Santos, da Vieira de Almeida e Associados.

O sócio da VdA considera que há sectores mais afectados, como o do imobiliário, onde os novos investimentos estão quase parados e onde abundam os imóveis comerciais para vender.



Luís M.S. Simões, da Miranda.

O advogado da Miranda alerta para a existência de situações como o não pagamento de créditos às empresas, o que em sua opinião está a provocar um "inequívoco alastramento de dificuldades de tesouraria".



António Raimundo, da Albuquerque e Associados.

Para o sócio da Albuquerque e Associados, as dificuldades existentes verificam-se sobretudo ao nível de um maior conservadorismo na realização de investimentos.



João Costa Quinta, da ABBC.

Com as actuais dificuldades na obtenção de crédito, é natural que as empresas que também não dispõem de capitais próprios venham a ter problemas de liquidez, evidencia o advogado da ABBC.

TESOURARIA

“Operadores estão a aguentar como podem”

Mais dificuldades de tesouraria com os prazos de pagamento mais dilatados, e mesmo serviços que ficam por liquidar

Com a torneira do crédito fechada e os prazos de pagamento de serviços e bens fornecidos a dilatarem-se, as dificuldades de tesouraria estão a tornar-se um problema sério para as empresas. Até por isso, como sustenta o advogado Pedro Cassiano Santos, sócio da Vieira de Almeida e Associados, a ideia que subsiste é que as empresas estão a “aguentar como podem”.

“O sentimento geral será mais no sentido de que os operadores económicos se estão a aguentar como podem, gerindo os seus relacionamentos comerciais e alongando prazos de pagamento, suspendendo ou atrasando a implementação de investimentos programados”, afixa Pedro Cassiano Santos.

João Costa Quinta, advogado da ABBC, reforça a ideia de que a dificuldade na obtenção de financiamento bancário tem impedido a realização de novos investimentos por parte das empresas. Como resultado, “vêm estagnada a sua actividade, sem possibilidade de lançar novos projectos ou explorar novas áreas de negócio por falta de capital”.

Tal como adianta, a isto acresce, em alguns casos, o facto de uma parte significativa das empresas necessitar de financiamento bancário, “já não tanto para apostar no crescimento da sua actividade ou no desenvolvimento de um novo projecto, mas para assegurar, apenas, a manutenção da sua actividade produtiva corrente”, como pagara fornecedores e a trabalhadores.

Luís M.S. Simões, sócio da Miranda, recua às causas internacionais do problema para explicar a situação que se vive. Conforme lembra, as descidas de “rating”, numa lógica segundo a qual algumas dívidas soberanas “têm sido objecto de julgamentos de risco acrescido, têm provocado uma rareficação acentuada da liquidez”. Ora estas descidas, como avança, têm também tido por objecto a banca nacional, também a braços com dificuldade em finan-

Este secar do financiamento bancário, conjugado com o aumento substancial dos prazos de pagamento, ou mesmo com o não pagamento, faz com que se assista a um inequívoco alastramento de dificuldades de tesouraria.

LUÍS M. S. SIMÕES

Sócio da Miranda

ciar-se no mercado internacional. Por consequência, isso reflecte-se no crédito às empresas.

A verdade é que tudo isto tem de ser conjugado com outros factores e o resultado é, com naturalidade, a falta de capital. “A par do secar do financiamento bancário com o aumento substancial dos prazos de pagamento, ou mesmo com o não pagamento – situação muito grave num país em que a justiça tem níveis de eficácia absolutamente deploáveis –, assiste-se a um inequívoco alastramento de dificuldades de tesouraria”, conclui Luís Simões.